



**IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
IV CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo Temático: Ordem patriarcal de gênero e relações sociais de sexo

Reprodução social, biológica e Economia Política: um diálogo crítico entre Marx, Engels, Judith Bulter e Gayle Rubin

Djonatan Kaic Ribeiro de Souza¹

Resumo: Este trabalho situa-se no campo crítico, elaborando conexões entre economia política e heterossexualidade por meio de um diálogo entre Marx e Engels (2007), Butler (2016) e Rubin (1993) sobre a problemática da reprodução social e biológica nos processos de consolidação da econômica política. O estudo, por meio de um intercurso crítico, traça configurações econômicas e sexuais, presentes nos autores e autoras, a fim de entender o lugar da sexualidade no capitalismo e sintetiza a necessidade de aprofundar ferramentas teóricas e metodológicas para sofisticar os estudos entre produção e reprodução social, por meio da relação entre sexo e economia política.

Palavras-chave: Reprodução social; sexualidade; gênero; marxismo; economia política.

Abstract: This thesis situates itself in the critical field, elaborating connections between political economy and heterosexuality through a dialog between Marx and Engels(2007), Butler(2016) and Rubin(1993), about the issues of social and biological reproduction taking in consideration the aspects of the consolidation processes of political economy. The study based on critical thinking elaborates a parallels between sexual and economic configurations and the authors, for further comprehension in the place of sexuality in capitalism. The work summarizes the necessity of improvement on the theoretical and methodological tools, to further amplify the understanding of production and social reproduction based on the the sex and political economy relations.

Keywords: Social reproduction; sexuality; genre; Marxism; political economy.

¹ Assistente Social, Doutorando em Política Social pela Universidade de Brasília, membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social – TRASSO/UnB. kaicribe@gmail.com.



INTRODUÇÃO

Aproximar as relações econômicas e a heteronormatividade é o objetivo central deste texto. A tradição de estudos que conciliem o problema da sexualidade com as relações econômicas ainda é um campo em construção². Os estudos feministas vêm produzindo conhecimento e crítica social sobre a divisão sexual do trabalho, a reprodução social e as implicações do trabalho feminino na produção do valor. Porém, os estudos da sexualidade são tímidos ainda nessa ceara. Enquanto, aparentemente, os estudos sobre sexualidade aprofundam-se nas questões de normas e de poder, os estudos sobre o capitalismo aprofundam-se nas questões de economia e classes sociais, ampliando uma fronteira e dificultando proximidades conceituais.

Recentemente, a discussão política entre Nancy Frase e Judith Butler sobre o caráter econômico ou cultural da opressão sexual gerou desdobramentos sobre a possibilidade de criar mecanismos teórico-metodológicos que tentem localizar o lugar da sexualidade no interior da estrutura econômica do capital³. A crítica feminista decolonial também tem atravessado essas fronteiras tão rígidas entre estudos econômicos e sexualidades, sinalizando como a colonialidade abarca a dimensão econômica e sexual através de processos de violência e dominação objetiva-subjetiva⁴. Ademais, os próprios estudos queer vêm sinalizando a relação complexa entre produção econômica e a apropriação econômica do sexo para produção do valor, bem como as críticas em relação entre dissidências sexuais, direitos sociais e neoliberalismo⁵.

Nesse sentido, este trabalho busca trazer questões que contribuam para aproximar a crítica ao capitalismo à crítica da heteronormatividade, através de um diálogo entre Marx e Engels, Judith Butler e Gayle Rubin, sobre a discussão da reprodução sexual na consolidação e estabilidade dos processos produtivos. A crítica central das autoras é que Marx e Engels não reconhecem a dicotomia natural e social da organização dos sexos na sociedade, e, por isso, caem no equívoco de naturalizar as relações de procriação e a reprodução biológica. Na mesma medida, mostrei como em “O Capital”, Marx não compreende que as relações de procriação estão relacionadas à natureza, ao considerar o

² Alguns dossiês temáticos trazem estudos sobre essa relação: Revista Crítica Marxista “Marxismo, feminismo, queer e sexualidades” (2019 nº 48 e 49); na Revista da Associação de Estudos da Homocultura “Teoria Social Crítica e LGBTI” (REBEH – 2020); Caderno Cermex Marxismo e feminismo no debate de gênero e sexualidade (2017). O dossiê organizado pelo Blog “Marxismo 21 – Marxismo, sexualidade e gênero” <https://marxismo21.org/marxismo-sexualidade-e-genero/>

³ Não será objetivo do trabalho se ater a esse debate. Essa discussão está publica na Revista Ideias v. 7 n. 2 (2016): Diálogos na Teoria Crítica (Parte I e Parte II).

⁴ Berg (2021); Lugones (2018); Valencia (2018).

⁵ Preciado (2018); Irineu (2016); Puar (2015); Sam Bourcier (2015).



processo de produção de pessoas como elemento fulcral para a acumulação do capital. Nesse sentido, buscarei traçar os principais eixos da crítica dessas autoras ao pensamento marxista, bem como trazer dinâmicas contraditórias das suas formulações, em respostas a crítica a tradição marxista. Assim, busca-se chegar em novas sínteses que contribuam para compreensão da realidade e ao fortalecimento da crítica da sociedade capitalista para sua superação.

DESENVOLVIMENTO

Apresentar contribuições para o debate da relação entre sexualidade e capitalismo é o interesse central deste texto, demonstrando que as condições de produção e reprodução da vida social é diretamente a produção tanto da socialidade, dos modos de produção da vida material e da consciência, como sinaliza Marx e Engels em *A ideologia Alemã*.

O processo de humanização/desumanização do ser é dialeticamente forjado nas formas sociais de produção e reprodução da vida social em que estão inseridos os indivíduos. Outrossim, como nos informa Marx e Engels (2007), a compreensão da história pressupõe compreender a produção/reprodução da vida social. Isso porque a produção/reprodução das relações sociais é mais que mera repetição, autonomização de gestos, práticas e formas sociais, mas é, em essência, a produção e reprodução de um modo de ser que incide tanto na sociabilidade quanto na individualidade, ou seja, é, em si, a “reprodução de determinado modo de vida” (IAMAMOTO, CARVALHO, 2014, p. 21).

Essa premissa é importante, pois ajuda a compreender que um determinado tempo histórico e suas formas sociais são forjados pela articulação dialética entre produção e reprodução, e que esses processos incidem diretamente na condição existencial dos indivíduos, assim como na capacidade material e reflexiva de produzir uma consciência sobre si mesmo e os processos sociais. É a própria produção contraditória e antagônica dessa relação no capitalismo que vai produzindo as contradições sobre o processo de apreensão da realidade e das formas sociais que assumem as relações sociais. Além do mais, a própria apreensão da realidade não determina sua superação, a consciência dos processos sociais aprofunda as relações com a sociedade estranhada.

A importância das categorias da crítica à economia política no dissecar da anatomia da sociedade capitalista é sumária para a contemporaneidade. Marx e Engels (2007) postulam um entendimento das relações sociais a partir de uma perspectiva materialista para pensar a história das ações dos sujeitos, em prol de atender as necessidades e produzir as relações sociais de tais sujeitos. Na crítica da superação dos fundamentos do idealismo alemão, Marx e Engels, formulam uma base de concepção materialista e dialética da história, localizando o devir material, histórico e humano-genérico na dinâmica de



produção da sociedade, na qual as relações de produção e reprodução da vida material é uma forma de ser, sentir e se relacionar dos seres sociais, pois a produção da vida material é um ato histórico, de produzir e implicar-se na história (MARX, ENGELS, 2007).

Para os autores, são quatro os momentos que marcam uma base do devir humano para uma concepção materialista e dialética da história: (i) condições de vida e produção de meios para satisfazer suas necessidades; (ii) a satisfação de necessidades conduz a novas necessidades; (iii) a criação de novos indivíduos sociais – via ato sexual e reprodução de novos seres humanos e em família; (iv) a dialética entre a produção da vida tanto no trabalho quanto da alheia, na procriação, como uma relação dupla (natural e social), elaborando a cooperação entre os indivíduos (MARX, ENGELS, 2007, pgs. 33 – 34).

A fim de buscar novas sínteses e superar desafios teórico-políticos da relação entre sexualidade e materialismo histórico dialético, proponho uma conversação crítica com essa concepção materialista da história, pensando, junto a uma tradição crítica dos estudos de gênero e sexualidade, em ampliar essa concepção das relações de procriação e criação de novos indivíduos no âmbito da reprodução social.

Butler (2016) e Rubin (1993) são duas autoras fundamentais e de grande influência, para os estudos contemporâneos de gênero, sexualidade e lutas sociais. As duas autoras dialogam com Marx e Engels buscando evidenciar pontos de vistas que os autores não deram conta em relação aos aspectos de gênero e sexualidade, questionando, principalmente, como se mantém, em correntes influentes do pensamento crítico, resquícios de heteronormatividade. Assim, as autoras fazem críticas à heteronormatividade nas teorias sociais, e tentam evidenciar porque algumas concepções mantêm as relações entre os sexos, o parentesco e a própria produção do sujeito sexuado, numa matriz binária e heteronormativa, na qual a base do gênero é a ordem macho e fêmea, de modo fixo, imutável, complementar e oposto, demonstrando o binarismo no corpo como um recurso histórico natural. Esse recurso metodológico contribui para uma conversa conflituosa entre as autoras e os aspectos da “procriação” presentes na base de concepção materialista e dialética da história, elaborada por Marx e Engels.

Butler (2016) considera a passagem de Marx e Engels, em que o fator determinante da histórica é a produção da vida imediata, ou seja, desde a produção de comida, roupas, meios de existências, até a produção dos seres humanos, ponto central para sua crítica, de que

O econômico, vinculado ao reprodutivo, está necessariamente ligado à reprodução da heterossexualidade. Não é que as formas não heterossexuais de sexualidade são simplesmente deixadas de fora, mas que sua supressão é essencial para a operação daquela normatividade prévia (BUTLER, 2016, p. 243).



E para a autora, o grande “vacilo” de Marx e Engels é não conseguirem entender a procriação fora da atividade natural e considera-la uma atividade entre o natural e o social (BUTLER, 2016, p. 238). Assim, a autora vai entender que a heterossexualidade é central para o desenvolvimento da econômica política capitalista e as forças produtivas, pois garante uma estabilidade e produção de sujeitos para essa produção.

Rubin (1993), por sua vez, vai sinalizar que o gênero e sexualidade (fundamentos do sistema sexo-gênero⁶), são aspectos centrais da vida material, que contribuem para o ordenamento da produção e da reprodução social, mas que por sua vez, também os determina, não sendo um subproduto das dinâmicas de produção. O sistema sexo-gênero é uma dinâmica inerente a organização de qualquer sociedade e seus mecanismos de reprodução, por isso, não podem ser naturalizados.

Butler e Rubin, estão criticando a naturalização das relações de procriação e de organização da vida material pelo gênero e sexualidade, quando não postas sobre o crivo de um registro histórico, e a perpetuação de uma normatividade histórica, torna-se mecanismos de controle e reprodução da forma heterossexual como norma. Elas encontram no sistema de pensamento marxista, uma base relevante para pensar a relação entre produção da vida social e heterossexualidade, mas continuam denunciando, a base natural presente, na formulação em Ideologia Alemã. Marx e Engels, por sua vez, reconhecem que a procriação, acontecem numa dinâmica histórica e social, elevando uma atividade natural à uma atividade social.

A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, quanto da alheia, na procriação, aparece desde já como uma relação dupla – de um lado, como relação natural, de outro como relação social –, social no sentido de que por ela se entende a cooperação de vários indivíduos, sejam quais forem as condições, o modo e a finalidade (MARX, ENGELS, 2007, p. 34)

Ao Marx e Engels (2007) afirmarem que a criação de novos indivíduos e a relação dialética entre procriação e reprodução social, enquanto uma dupla relação entre natureza e social, as ambiguidades e ambivalências, perseguem os escritos dos autores, uma tradição para a qual “o sexo funcionava analiticamente como matéria-prima ou material bruto para o trabalho da história” (HARAWAY, 2004, p. 213). Sinalizam Butler e Rubin que as feministas (marxistas, socialistas e da reprodução social), imbuídas de Marx e Engels, acumularam o âmbito da reprodução social no capitalismo, prescindiu de uma base social de sustento à produção. A instituição casamento, família, propriedade e a divisão sexual do trabalho são

⁶ Rubin, foi uma das primeiras autoras a utilizar o conceito de gênero. O sistema sexo-gênero, designa “conjunto de disposições pelas quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humana é moldada pela intervenção humana, social, e satisfeita de uma maneira convencional” (1993, p.05) e influenciou muito o pensamento feminista. Porém, o sistema sexo-gênero tende a naturalizar o sexo biológico, alvo de crítica de muitas feministas, e também da própria autora, que em “Pensando Sexo: Notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade” (2012), faz a autocrítica do conceito de sistema sexo-gênero, que foge aos objetivos desse artigo.



formas que sustentam o modo de produção capitalista. Porém o que está fortemente posto a essa crítica é que essa base social de sustento é também heteronormativa

Existe alguma maneira de analisar como a heterossexualidade normativa e seus “gêneros” são *produzidos* dentro da esfera da reprodução sem notar os modos compulsórios pelos quais a homossexualidade e a bissexualidade, assim como o transgênero, são produzidos como uma sexualidade “abjeta”, e sem entender o modo de produção para dar conta precisamente deste mecanismo social de regulação? Seria um erro entender tais produções como “meramente culturais” se elas são essenciais para o funcionamento da ordem sexual da economia política – isto é, se constituem uma ameaça fundamental a sua própria viabilidade. O econômico, vinculado ao reprodutivo, está necessariamente ligado à reprodução heterossexual (BUTLER, 2016, p. 242 – 3)

Dessa forma, o feminismo acumulou bastante sobre a identificação da família como inerente à dinâmica de reprodução capitalista, mas em “mostrar como a própria produção do gênero tinha que ser entendida como parte da ‘produção de seres humanos’, em conformidade com as normas que reproduziam a família heterossexualmente normativa” (BUTLER, 2016, p. 239). Ou seja, a família, enquanto parte da produção e reprodução das relações sociais, na sua produção de gente, é uma família heterossexual, ou seja, uma produção de pessoas para uma forma sexual específica, “a regulação da sexualidade foi sistematicamente vinculada ao modo de produção adequado ao funcionamento da econômica política (BUTLER, 2016, p. 240).

É justamente precisar que a sexualidade e a reprodução sexual, “como [partes] das condições *materiais* da vida, [enquanto] traço próprio e constitutivo da economia política” (BUTLER, 2016, p. 240) e o espaço de “criação de novos indivíduos” dependem da regulação heterossexual como fundamento da família (BUTLER, 2016). Defendo, então, junto a Butler, que ambos “gênero e sexualidade, [tornam-se] parte da vida material não apenas pelo modo com que eles servem à divisão sexual do trabalho, mas também porque o gênero normativo serve à reprodução da família normativa” (BUTLER, 2016, p. 240).

Ou seja, as relações sociais capitalistas necessitam de um “modo específico de produção e troca sexual que atua para manter a estabilidade do gênero, a heterossexualidade do desejo e a naturalização da família” (BUTLER, 2016, p. 243). A presença da ordem sexual na produção e reprodução das relações sociais capitalistas elaborou uma relação entre heterossexualidade e reprodução social que visa, por sua vez, estabilizar o gênero e a sexualidade enquanto formas de manutenção da produção social. Por isso, a heterossexualidade naturaliza-se e reifica-se devido à divisão sexual do trabalho e as normas de gênero e sexualidade heterossexuais. Importa destacar que muitas das violações à população LGBTQIA+ são fruto dessa concepção de que estas são sexualidades não procriativas, o que as exclui de um rol de direitos sociais, bem como de um paradigma de normalidade.



O que podemos afirmar através dos escritos é que Marx e Engels não consideram a procriação uma atividade meramente natural, ela faz parte do processo de produção da própria vida material, da condição humano-genérico, mas também, da própria do capitalismo. O que se observa é que para os autores, a uma dupla base na matéria da procriação – é uma relação natural e também uma relação social; e a partir do momento em que os atos humanos vão produzindo as relações sociais e se afastando das “barreiras naturais”, a procriação vai se elevando a uma atividade social, que só existe articulado, no interior das formações sócio-históricas concretas. Porém, Butler e Rubin vão sinalizar, a ausência da crítica ao que é considerado natural pelos autores, o que para suas teorias significa, a manutenção da normatividade heterossexual nas teorias críticas, ponto central, da crítica das autoras.

Nesse momento, concordo com as autoras que, fica evidente que Marx e Engels, reconhecem e criticam a forma social no qual as relações entre os sexos se dão, e não naturalizam essa relação. Isso aparece, por exemplo, em “A origem do Estado, da propriedade privada e do Estado” de Engels, nos “Manuscritos Econômicos Filosóficos” de Marx, e até mesmo em “Para uma ontologia do Ser Social II” de György Lukács. Dessa forma, considero relevante, apontar que, a produção da crítica sobre a procriação em Marx e Engels aparece, sim como uma lógica heteronormativa, porém, a ideia de procriação não aparece naturalizada, porque ela vai ser uma exteriorização humana, marcada e regulada pela dinâmica social e histórica da sociabilidade.

Em “O Capital” Marx trata da seguinte forma sobre os processos de acumulação, de produção do exército industrial de reserva e a lei da população, ele afirma que, a acumulação do capital, é também a produção de uma população supranumerária.

Assim, com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, em volume crescente, os meios que a tornam relativamente supranumerária. Essa lei de população é peculiar ao modo de produção capitalista, tal como, de fato, cada modo de produção particular na história tem suas leis de população particulares, historicamente válidas. Uma lei abstrata de população só é válida para as plantas e os animais e, ainda assim, apenas enquanto o ser humano não interfere historicamente nesses domínios. Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional (MARX, 2011 p. 462)

A afirmação de que a procriação é um elemento natural, não está em Marx e Engels como denuncia Butler, o que podemos inferir é que há nos autores, uma noção de distinção entre natureza e sociedade, implicados aos mecanismos da reprodução/procriação, gerando uma dubiedade analítica. Concordo com Haraway que a distinção entre sexo e gênero



presente nas teorias feministas e de sexualidade que se articulam ao marxismo estão intrinsecamente ligadas a uma diferenciação “ocidental entre natureza e sociedade ou natureza e história” assim, os conceitos *sexualidade* e *gênero* correm o risco de se estabelecerem em conexão com os “conceitos de natureza e trabalho no cânone marxista e na teoria ocidental de modo mais geral” (2004, p. 212). Assim, denuncia Haraway que os escritos mais importantes de Marx e Engels, por não questionarem a heterossexualidade, complexifica as críticas a posição subordinada das mulheres em seus escritos, “pela categoria da divisão natural do trabalho, que se apoia numa heterossexualidade inquestionável” (HARAWAY, 2004, p. 212). Outra crítica apontada pela autora é que a teorização da propriedade privada, portanto, a relação econômica como “base da opressão das mulheres no casamento, de modo que a subordinação das mulheres pudesse ser examinada em termos das relações capitalistas de classe, mas não em termos de uma política sexual específicas entre homens e mulheres” (HARAWAY, 2004, p. 212).

Ponto central para Rubin (1993) é que para além da relação ambígua entre natureza e social, as críticas devem se dirigir ao fato de que a opressão sexual, não é mero elemento histórico e moral, “uma herança cultural de formação de masculinidade e feminilidade” (RUBIN, 1993, p. 05), e que organiza a reprodução social, a própria reprodução da forma de trabalho exige a reprodução da vida social – o alimento, as roupas, habitação – e que a exploração da mais-valia, já questionada pelas feministas nas críticas ao trabalho de reprodução social realizados por mulheres, é a chave da exploração da força de trabalho. Desse modo, as mulheres estão “articuladas ao nexo global da mais-valia, condição *sine qua non* do capitalismo, através da reprodução da força de trabalho” (RUBIN, 1993, p. 04).

Rubin (1993) afirma que é preciso, para além de explicitar a utilidade do sistema sexo-gênero ao capitalismo, a fim de potencializar a crítica à sociedade, sem contribuir com as dicotomias e binarismo. Rubin grifa que a sexualidade é um produto social e, portanto, produzida e reproduzida no solo histórico, determinando e sendo determinada por formas sociais de organização. É preciso não relegar o sistema sexo-gênero a um substrato isolado das relações de produção material da vida, nem quantificar o sistema sexual como meramente reprodutivo, no sentido biológico ou social. Como nos coloca Rubin: a “formação da identidade de gênero é um exemplo de produção no domínio do sistema sexual. E um sistema de sexo-gênero envolve muito mais que ‘relações de procriação’, reprodução no sentido biológico⁷” (RUBIN, 1993, p. 06).

Ou seja, cada modelo de produção e reprodução, combina gênero e sexualidade de forma distinta e específica. Capturar essa especificidade é o desafio político, teórico e metodológico. A heterossexualidade é uma regulação sexual específica dos prazeres e do

⁷ Vale destacar que a própria Rubin a definir o “sistema sexo-gênero” recebeu críticas de naturalizar o sexo, ao transforma-lo no gênero, um produto social das atribuições biológicas.



sexo, instaurado pela modernidade-capitalista, a partir do século XIX (KATZ, 1996), com isso, concordo com Haraway, (2004, p. 213) que “Marx e Engels não podiam historicizar sexo e gênero a partir do suposto da heterossexualidade como natural”. Porém, não se pode retirar de vista que os autores, ao implicarem a procriação a uma base natural e social, vão reproduzindo ambiguidades históricas e políticas da situação das relações entre os sexos, das atividades reprodutivas e a organização familiar como apenas fundamentos da ordem econômica-política da propriedade privada. Para além disso, o forte humanista⁸ sobre as relações entre os sexos, dificultavam a dicotomia dessa dupla base da reprodução.

Algumas ponderações metodológicas e políticas

Os estudos de gênero e sexualidade, ao longo dos últimos anos, vem se esforçando para evidenciar o caráter social, desnaturalizar a sexualidade e denunciar os mecanismos de opressão sexual (VANCE, 1995). Então influir de Marx e Engels que a sexualidade é uma construção social, não seria, uma contribuição exclusiva desses autores. Porém, entender que a sexualidade, que tem como uma das suas dimensões o espaço da procriação e reprodução, enquanto um ato histórico, que se localiza na base da produção da vida material, e que está inserida nas dinâmicas e contradições dos arranjos históricos e sociais que envolvem a produção, a socialidade e a consciência é algo que se pode influir, dos fundamentos materialistas da histórica exposto pelos autores. E assim, compreender a sexualidade, como um devir material, histórico e humano-genérico e, portanto, determina uma forma de ser e estar no mundo, colocam o indivíduo e sua práxis no centro da produção da vida (MARX; ENGELS, 2007).

As bases de concepção materialista e dialética da produção da vida social, é a história dos atos dos indivíduos sociais e as formas sociais que assumem esses atos. É justamente a ação, os atos que produzem os mecanismos de interação, reciprocidade e cooperação. O que não opera uma estabilidade entre essas dinâmicas, cultura, economia, matéria, sensível, indivíduo e sociedade. Uma relação social não se baseia na separação dicotômica entre uma vida que é concreta, material, e uma vida cultural, ideológica. Essa é o grande traço metodológico, que diferencia os autores, e oferece de arranjo metodológico e político aos estudos de gênero e sexualidade. “Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2011[1859], p. 47).

Essa premissa metodologia e política é fundamental, pois é evidente que os campos aqui em diálogos, carregam consigo, bases metodológicas distintas e conflituosas. E não

⁸ Presente por exemplo, quando nos Manuscritos Marx considera a relação entre homens e mulheres a mais natural e genuína relação entre seres humanos.



necessariamente sobre a concepção ou conceito de sexualidade que essas distinções e conflitos se apresentam. Como já exposto, Gayle Rubin e Judith Butler, convergem sobre a necessidade de superação do gênero e da heteronormatividade nos estudos feministas e ambas são pilares da teoria queer. Mas também, guardam suas particularidades entre si.

Rubin está preocupada em demonstrar como que gênero e sexualidade não são fenômenos da mesma ordem, e que o feminismo é o espaço da teoria do gênero, e uma teoria da sexualidade, derivada desse acúmulo só pode ser precária. Assim, também, Rubin, guarda fortes proximidades com o esquema de pensamento marxista, no que tange a organização política e a forma de conceber a “estratificação sexual” produzida pela heteronormatividade, bem como a materialidade dos pelos regimes de perseguição e opressão do sexo. Apesar de ser uma crítica, ao marxismo, ao não aprofundar as particularidades dos estudos de gênero e sexualidade como fenômenos distintos a classe social.

Já Butler, estaria fortemente preocupada com os processos de sujeição através das relações de poder e normatividade. Se afastando do pensamento marxista em concepção e método e divergindo fortemente na noção de materialismo e de história. Como sinaliza Rubuccini (p. 113), a materialidade que Butler, elabora, trata-se “de uma materialidade e de um materialismo da subjetividade e não de relações sociais”, ou seja, a produção dos corpos e das estruturas, a partir do poder, em termos foucaultianos, “um processo historicamente construído pela sedimentação de normas, injunções discursivas e hierarquizações decorrentes de relações de poder, cujo resultado é o de naturalizar corpos e sexos” (REBUCCINI, 2013, p. 113). Acredito que a aproximação entre essas autoras e o pensamento marxista é profícuo, desde que considerado, essas relações metodológicas, para que, além de não cairmos em ecletismos, não apaguemos as distinções e pluralidade do conhecimento e da crítica social.

RESULTADO E CONCLUSÕES

Com síntese conclusiva, observa-se que o eixo de crítica das autoras ao sistema de pensamento marxista, é a perpetuação de uma dicotomia entre sexo e gênero, no caso de Butler, bem como uma submissão analítica dos problemas de gênero e sexualidade aos ditames econômicos, como posto por Rubin. As autoras por sua vez, não buscam isolar gênero e sexualidade da leitura da economia política, por outro lado, tentam conduzir uma análise que coadunem uma nova forma de pensar a relação entre economia política, gênero e sexualidade.

Marx e Engels nos oferece uma guisa materialista da história, que coloca as relações sociais e a vida material, como base de analítica da história, por refletir as ações dos



sujeitos sociais. Além disso, a centralidade das suas elaborações é que a produção e reprodução a vida social, reflete na constituição objetiva e subjetiva dos indivíduos, mas também das condições históricas e sociais implicadas a materialidade da vida social.

Entendo que a principal divergência posta em questão pelos textos estudado é: (i) a crítica à oposição entre natureza e cultura, que Marx e Engels tende a reproduzir no contexto das relações de gênero e sexualidade; e do outro lado (ii) a necessidade de uma política que não só explique a condição do gênero, na sociedade capitalista, mas explicita as dinâmicas internas da ordem de gênero e sexualidade, o que a tradição marxista, tende a subsumir a superação da ordem social da propriedade privada.

Não pretendo aqui, valorizar uma crítica em relação à outra, não por optar por uma neutralidade teórica-política, mas por entender, que esse campo de estudo (sexualidade, marxismo e capitalismo) é um campo de atravessamentos, encontros e divergências conceituais e de concepções que precisa ser mais saturado e a nível epistêmico, ontológico e metodológico. Porém, através dessas leituras, me posiciono, afirmando a necessidade de não reproduzirmos dicotomias binárias na crítica à sexualidade e ao gênero, necessitando superar da crítica social, essa tradição, e que o projeto político de uma sexualidade radicalmente livre, compreenda a relevância da análise das relações econômicas e de um projeto anticapitalista. Um projeto anticapitalista que abarque desde a desnormatização do desejo, das identidades e dos corpos, à superação da exploração, da propriedade privada e estranhamento do trabalho.

Assim, sinalizo algumas probabilidades de estudos, que esgarçariam algumas fronteiras, chegando em novas sínteses e posições mais claras sobre o assunto. **Aprofundar teórico e metodologicamente a relação entre configuração populacional e a produção e reprodução do capital.** É muito comum, nos estudos de gênero e sexualidade, analisarmos a relação entre a sexualidade e o capitalismo, através da crítica que o capitalismo se apropria da sexualidade (principalmente a feminina) para a produção de força de trabalho. É preciso aprofundar essa crítica, aperfeiçoando as ferramentas teóricas metodológicas para entender: se há uma produção de força de trabalho através do sexo, que tipo de população produzida é essa⁹; quais são as tendências contemporâneas do capitalismo, e as formas de apropriação sexual; se a apropriação do sexo hoje é necessariamente produtiva ou inserida em uma lógica mercantil e de consumo; e como se relacionam as transformações das bases produtivas com as questões de gênero e sexualidade? E por segundo, a necessidade de uma teoria social da sexualidade, que

⁹ Marx, em “O Capital” no trecho citado nesse trabalho, alerta que a população supranumerária é o “perfil” populacional produzida pela atividade da reprodução; perfil este perfilado pela lei tendencial de crescimento do capital no contexto de acumulação.



reconheça sua especificidade na produção da vida material, e não só sua submissão aos processos produtivos, mas também sua influência ou relação a esses processos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUTLER, Judith. **Meramente Cultural**. In: Revista Idéias, v. 7, n. 2, jul/dez, 2016.
- HARAWAY, Donna. “**Gênero**” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cadernos Pagu Nº 22 - 2004: pp.201-246.
- KATZ, Jonathan Ned. **A invenção da heterossexualidade**. Ediouro. Rio de Janeiro, 1996.
- REBUCINI, Gianfranco. **Marxismo queer: abordagens materialistas das identidades sexuais**. Revista Crítica Marxista, nº 48, 2019.
- RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: Notas sobre a “Economia Política” do Sexo**. Revista SOS Corpos. Recife – março de 1993.
- MARX, Karl. **O capital (Livro I)**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- _____. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos** – [4. reimpr.]. – São Paulo: Boitempo, 2010. il. – (Coleção Marx-Engels)
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007 [1945/1846].
- VANCE, C. **A Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico**. Physis - Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.5, n.1, 1995.